

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.104 - SP (2019/0301539-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA PELLEGRINI ARMENIO - SP229887
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS GUSTAVO DE MATTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO COM BASE EM REQUISITO NÃO PREVISTO EM LEI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Luis Gustavo de Mattos** – cumprindo pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem ali impetrada (*Habeas Corpus* n. 2192377-03.2019.8.26.0000), mantendo a decisão do Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da comarca de Ribeirão Preto/SP, que indeferiu pedido de livramento condicional formulado pela defesa (Autos n. 0000564-76.2015.8.26.0026).

Alega a impetrante, em síntese, que *em que pese a fundamentação da decisão sobre a impossibilidade do livramento condicional por configurar típica “progressão por saltos”, cumpre salientar, de início, que não há previsão legal expressa no sentido de o paciente ter que vivenciar durante “período razoável” o regime intermediário antes do deferimento do benefício do livramento condicional* (fl. 6).

Postula, então, a concessão liminar da ordem, a fim de que seja reconhecido o direito do paciente ao livramento condicional.

É o relatório.

A presente ordem merece concessão.

O Magistrado singular indeferiu o pedido de livramento condicional

Superior Tribunal de Justiça

formulado pela defesa, nos seguintes termos (fls. 38/40 - grifo nosso):

[...]

O sentenciado faz jus à progressão de regime prisional, para o semiaberto, pois atendidos os requisitos legalmente exigidos.

Com efeito, o condenado, reincidente, cumpriu 3/5 (três quintos) da pena privativa de liberdade imposta, em regime prisional semiaberto, conforme exige o artigo 2º, § 2º, da Lei n. 8.072/90 (com a redação dada pela Lei n. 11.464/2007), satisfazendo, assim, o requisito objetivo.

Quanto ao requisito subjetivo, o sentenciado ostenta bom comportamento carcerário, conforme revela documento juntado aos autos, e não há elementos indicativos de que voltará a delinquir ou praticar falta disciplinar. Ao contrário, há fundados indícios de que o condenado irá ajustar-se, com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao novo regime (artigos 33, § 2º, e 35, ambos do Código Penal, e artigo 112 da Lei de Execução Penal).

Satisfeitos, então, os requisitos exigidos por lei, de modo a permitir a concessão de progressão de regime prisional.

Por outro lado, o sentenciado cumpre pena em regime fechado, não sendo permitida a concessão de livramento condicional sem antes passar pelo regime intermediário.

Ou seja, a concessão desse benefício configuraria verdadeira progressão por saltos, vedada em nosso ordenamento jurídico, ante a necessidade de permanecer por período razoável no regime intermediário, quando será avaliado de maneira mais adequada e mais próxima da realidade que encontrará nas ruas, verificando-se a absorção ou não da terapêutica penal.

Nesse sentido:

[...]

Posto isso, indefiro o livramento condicional e **CONCEDO** ao condenado Luis Gustavo de Mattos, MTR: 585163-9, RG: 46.228.973-4, RJ: 170138691-32, Penitenciária de Ribeirão Preto + Alta de Progressão, progressão ao REGIME PRISIONAL SEMIABERTO.

[...]

Ocorre que não há exigência de que o apenado esteja no livramento condicional para que adquira o direito ao benefício, nos termos do art. 83 do Código Penal.

A propósito:

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. ACÓRDÃO QUE CASSA A DECISÃO CONCESSIVA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL E A CONDICIONA À REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. SÚMULA 439/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GRAVIDADE DO PRÓPRIO TIPO PENAL. NECESSIDADE DE PASSAGEM POR REGIME INTERMEDIÁRIO. REQUISITO NÃO PREVISTO EM LEI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. *WRIT* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido

Superior Tribunal de Justiça

de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, a justificar a concessão da ordem, de ofício.

2. De acordo com a Súmula 439/STJ, "admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada". No caso dos autos, verifica-se que foram devidamente preenchidos os requisitos legais, tanto objetivos como subjetivos, e que o acórdão impugnado utilizou-se de argumento inidôneo para cassar a decisão que deferiu o benefício do livramento condicional para determinar a recondução do paciente ao regime semiaberto e à realização de exame criminológico, baseando-se tão somente na gravidade do delito e na impossibilidade da chamada progressão *per saltum* de regime prisional.

3. Esta Corte de Justiça possui entendimento de que não há obrigatoriedade de o sentenciado passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de tal previsão no art. 83 do Código Penal.

4. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão impugnado e restabelecer a decisão que deferiu ao paciente o benefício do livramento condicional.

(HC n. 341.779/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 3/8/2016 - grifo nosso)

Em face do exposto, **concedo** a ordem impetrada, liminarmente, para determinar que o Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da comarca de Ribeirão Preto/SP reavalie o direito do paciente ao livramento condicional, desconsiderando a necessidade de que o apenado esteja ou permaneça em regime semiaberto.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator